



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE FILOSOFIA**

LEVY CARDOSO DA SILVEIRA

**O HOMEM DO PONTO DE VISTA DO LIVRE-ARBÍTRIO
EM SANTO AGOSTINHO**

Palmas – TO
2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE FILOSOFIA**

LEVY CARDOSO DA SILVEIRA

**O HOMEM DO PONTO DE VISTA DO LIVRE-ARBÍTRIO
EM SANTO AGOSTINHO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal do Tocantins – UFT, válida como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Filosofia, elaborada sob orientação do Professor Dr. José Soares das Chagas.

Palmas – TO
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S587h Silveira, Levy Cardoso da .
O homem do ponto de vista do livre-arbítrio em Santo Agostinho. / Levy Cardoso da Silveira. – Palmas, TO, 2020.
27 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Filosofia, 2020.
Orientador: José Soares das Chagas Coorientador: José Soares das Chagas
1. Vontade livre. 2. Agostinho. 3. Alma . 4. Razão. I. Título

CDD 100

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

TERMO DE APROVAÇÃO

O HOMEM DO PONTO DE VISTA DO LIVRE-ARBÍTRIO
EM SANTO AGOSTINHO

LEVY CARDOSO DA SILVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Graduado no Curso de Licenciatura em Filosofia, da Universidade Federal do Tocantins.

BANCA

Orientador Presidente:

Prof. José Soares das Chagas

Prof. Fábio Caires Correia

Profa Catherine Melo Alves

Palmas
2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha esposa Patrícia N. da Silveira e a minha filha, Lara N. da Silveira, que sustentam meus sonhos e me fazem ir mais longe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, que tem me sustentado em toda a minha jornada

Ao meu orientador professor Dr. José Soares das Chagas, por todo o apoio, sempre disponível quantas e todas as vezes que lhe procurava. Exemplo disso que, numa vez em viagem ao exterior a serviço, quando por mim foi procurado via whatsapp, quase que imediato me deu o retorno: meu muito obrigado mesmo. Enfim, por toda a paciência quando dos meus sumiços e limitações, não desistiu sempre esteve comigo.

E de forma muito, especial minha esposa Patrícia e a minha filha Lara, que sustentam meus sonhos e me fazem ir mais longe

Aos meus pais Cleuza Cardoso e José Gomes, meu apoio em tudo que preciso, e aos meus irmãos e sobrinhos, minha família, que nunca deixa de ser presente, conforto e refúgio constante, equilíbrios de minha vida

Agradeço, também, a todos os meus amigos e colegas de trabalho, meus superiores e colegas de curso pelo o apoio e incentivo.

E a todos aqueles que sempre me viam, e sempre perguntavam: “terminou o curso.”

(...) “e se não tivesse conseguido o auxílio divino, não teria podido emergir de lá nem aspirar à primeira das liberdades – a de poder buscar a verdade.”

Santo Agostinho

RESUMO

Pelo processo de leitura dos principais pontos de formação do pensamento de Agostinho e buscando entender a partir do que vemos serem as bases pelas quais ele interpreta o ser humano e, conseqüentemente, como chegou à conclusão para defini-lo como sendo um ser dotado de livre-arbítrio. Tendo em conta essa condição, buscamos proceder a partir de uma exposição desde correntes de pensamentos, às quais tiveram contribuições determinantes no seu conceito sobre o homem. E percorrer o caminho construído através do seu pensamento no qual consolidou o ser humano como sendo um ser de vontade livre. E por meio dessa concepção, nos propor entender seu raciocínio e também como dos demais pensamentos, que por ele mesmo aponta como sendo uma espécie de “delineador” nos quais teve acesso, sendo também teorias sobre a existência humana. Para de forma mais coerente possível, concluirmos o que queria demonstrar através dele.

Palavras-chave: Agostinho, vontade livre, alma, razão, justiça.

ABSTRACT

Through the process of reading the main points of formation of Augustine's thought, and seeking to understand from what we see the bases by which he interprets the human being and, consequently, how he came to the conclusion to define him as being endowed with free will. In view of this condition, we seek to proceed from an exposition from currents of thoughts, to which they had decisive contributions in their concept of man. And go through the path built through his thought in which he consolidated the human being as a being of free will. And by means of this conception, we propose to understand his reasoning and also as of the other thoughts, which he himself points out as being a kind of "outlining" to which he had access, as well as being theories about human existence. In the most coherent way possible, we can conclude what I wanted to demonstrate through it.

Keywords: Augustine, free will, soul, reason, justice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – CONTEXTO DOUTRINÁRIO E FILOSÓFICO DE AGOSTINHO.....	11
1.1 A influência antropológica do Maniqueísmo.....	11
1.2 A opção pelo platonismo.....	13
1.3 A realidade da vontade e o cristianismo.....	15
CAPÍTULO II – A ALMA GOVERNO DO CORPO SEGUNDO LEIS ETERNAS.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
BIBLIOGRAFIA.....	25

INTRODUÇÃO

Para Agostinho a vontade livre esta entre os maiores bens, e diante disso, nada pode sujeitar ou tornar o espírito (alma), inclinado a bens mutáveis em detrimento ao bem imutável, seja agente superior ou igual, pois, nesse caso, para Agostinho seria injustiça, tampouco se fosse inferior, devido essa mesma condição de inferioridade não lhe permitir. Nesse sentido para Agostinho só o que cabia afirmar sobre essa sujeição do espírito as paixões que ele chama de movimento pelo qual a alma humana se afasta do bem imutável que é o próprio criador em direção aos bens mutáveis que é a criatura, ser próprio da natureza do que para Agostinho é denominado vontade livre.

E sobre isso pelo presente trabalho buscamos entender o homem por essa perspectiva do livre-arbítrio em Santo Agostinho, que se fez percorrendo pelas principais bases teóricas da sua formação intelectual e assim demonstrar o que é o homem para santo Agostinho, tendo em sua obra *O livre-arbítrio*, a principal fonte de pesquisa desse trabalho. Sendo utilizada para sua construção e desenvolvimento, pesquisa bibliográfica, bem como o emprego da revisão de literatura do próprio Agostinho, como também de autores que abordaram sobre a temática, tendo Agostinho como fonte de sua pesquisa e bem como a própria bíblia.

Na procura de delimitar a ideia numa visão mais geral do homem pela perspectiva de um ser de vontade livre que por essa condição se faz concebido em santo Agostinho. Assim feito, buscando entender por uma interação com a formação intelectual de Agostinho através dos principais pontos teóricos que o influenciaram, expondo suas principais ideias que afirmam o homem como um ser dotado de livre-arbítrio, e através disso mostrar o que faz Agostinho concluir o homem sendo um ser de livre-arbítrio

E desta feita, tornando para Agostinho, o homem na condição de um ser criado que relaciona com o criador através do espírito que por Agostinho é também chamado de razão, e que por essa circunstância diferencia o homem dos animais, pois para Agostinho só o homem existe sabendo que existe.

CAPÍTULO I – CONTEXTO DOUTRINÁRIO E FILOSÓFICO DE AGOSTINHO

5.1 A influência antropológica do Maniqueísmo

O mal como princípio ontológico em oposição ao bem e, conseqüentemente, a isso a liberdade Humana sempre foram questões de inquietação para Santo Agostinho, pois ele tinha um ímpeto ávido em busca de uma explicação para a existência das coisas e da vida que, para ele, fossem consistentes. E, se referindo a essa condição, que pode se dizer, de insatisfação, vai se verificar que será a razão para o ingresso e desligamento de Agostinho ao maniqueísmo, pois no seu diálogo com Evódio na obra *O livre-arbítrio*, descreve assim essa sua experiência quando do seu convívio como integrante desse grupo:

Após ter-me cansado inutilmente de resolvê-la, levou a precipitar-me na heresia (dos maniqueus), com tal violência que fiquei prostrado. Tão ferido, sob o peso de tamanhas e tão inconsistentes fábulas, que se não fosse meu ardente desejo de encontrar a verdade, e se não tivesse conseguido o auxílio divino, não teria podido emergir de lá nem aspirar à primeira das liberdades a de poder buscar a verdade.” (AGOSTINHO, 1995. p. 28).

Esse período contribuiu na construção de seu pensamento, o qual adota uma postura dialética combativa, diante dos ensinamentos que o pensamento maniqueísta emprega. Pois fica clara sua descrença e irritação como se vê na citação acima e nos termos pelos quais Agostinho utiliza para se referir a tal grupo, denominando-o de “heresias dos maniqueus”, e “inconsistente fábula”.

Referindo à dificuldade que se tem hoje em dia para um conhecimento mais aprofundado ou mais aproximado do que seria na íntegra o conhecimento ou teoria maniqueísta, o teórico Silva Oliveira, em sua obra *Santo Agostinho O problema do mal* comenta que, não encontra subsídios que dizem sobre as reais sustentações das doutrinas maniqueístas como, por exemplo, escritos originais. Tudo o que se tem desse conhecimento é de fontes secundárias que, na maioria das vezes, estão em forma depreciativa, como é o caso do que se têm das citações que são disponibilizadas nos escritos de Santo Agostinho. Formado nessa linha da qual já foi descrito na citação acima, contrária e combativa, a perspectiva como é apresentada a realidade da existência do mundo ou da natureza no entendimento que está defendido na teoria dos maniqueus. Nesse sentido, assim descreve Silva Oliveira:

(...) “Agostinho fez parte dos maniqueus, contudo, como seu crítico voraz, não nutriu interesse em fazer uma exposição sistemática do maniqueísmo, mas tão

somente reproduzir parte dos textos para, posteriormente, refutá-los com veemência”. (SILVA, 2008. p.37,38).

Assim, a doutrina maniqueísta é um vasto material de elementos determinante no contra-argumento utilizado por Agostinho que, se usando dos pressupostos colocados na visão do mundo maniqueísta que é a ideia do bem e do mal, representado pela luz e as trevas, que coexistem e se complementam possibilitando toda a realidade existente.

E a partir dessas afirmações, Agostinho se instrumentaliza de argumentos que vão de encontro a essas afirmações, na tentativa de aferir o que, para ele, são os seus erros e, assim, aponta Silva Oliveira, “é possível vislumbrar certo ressentimento do pensador com o grupo” (SILVA, 2008. p.37), se referindo ao ímpeto de Agostinho para refutar a posição da base do pensamento maniqueísta. E é mais bem entendido esse aspecto pela leitura que é feita por Silva Oliveira comentando da cosmologia e do que é o mal moral do sistema maniqueísta, fazendo afirmações sobre pontos dessa doutrina nos quais Agostinho diverge e o qual assim descreve:

(...) Com efeito, a questão do mal permeia todo o misticismo maniqueu, tanto é que o maniqueísmo acaba por apresentar uma cosmologia soteriológica, de modo que o homem carece de salvação do mal que se encontra presente em toda a matéria, inclusive na sua própria. (SILVA, 2008. p.40).

(...) O mal presente na matéria é um princípio que se encontra em constante oposição ao imaterial (ou seja, com o bem). (SILVA, 2008. p.41).

(...) Em decorrência da cosmologia maniqueísta, o mal era compreendido como uma realidade e menos não era possível dela abster-se, pelo menos até a completa separação entre o reino das trevas e o reino da luz a acontecer no porvir. (SILVA, 2008. p.45).

(...) Há de se observar que, na medida em que o homem se encontra em condição de passividade, diante da ordenação do universo, há uma forte ideia de determinismo. (SILVA, 2008. p.45).

Nesse caso agora, convertido a uma visão cosmológica cristã, Agostinho nas suas postulações por essa concepção cristã, então busca sustentar a existência de um Deus que em si é o supremo bem, criador de todas as coisas, nas quais está incluso o homem. E, nesse sentido, (pela percepção desse ser criador e perfeito), é inconcebível para Agostinho fazer a sustentação por argumento que se tenha por assertivo, afirmar a matéria, sendo a do homem ou qualquer outra matéria existente, numa condição em si mesma como um mal. Pois, não se pode conceber vindo de um ser supremo que comporta toda a perfeição como o supremo bem e criador de toda existência e, detentor de plena justiça. Sendo estes atributos imutáveis e eternos e que nessa condição servindo de modelos para referência das criaturas dotadas de conhecimento e assim por estes se conduzirem bem. E, por essa perspectiva, de um ser infinitamente mensurável, Agostinho assim descreve:

(...) Ag. Pois bem, se sabes ou acredita que Deus é bom – não nos é permitido pensar de outro modo -, Deus não pode praticar o mal. Por outro lado, se proclamarmos ser ele justo – e negá-lo seria blasfêmia -, Deus deve distribuir recompensas aos bons, assim como castigos aos maus. E por certo, tais castigos parecem males àqueles que os padecem. (AGOSTINHO, 1995. p. 26).

É por esse contexto de sua perspectiva sobre um Deus em essência bom, e o mal sendo uma má ação, ou podendo ser uma omissão desta, resultante de uma escolha livre que denota as consequências de uma ação que prioriza aquilo que é temporal em detrimento do que é eterno. Ou seja, uma opção não assertiva baseada na satisfação temporal, mas que são efeitos, produtos ou resultados, elaborados dentro de uma capacidade contida nas faculdades humana que contem os elementos pelos quais refletem a sua tomada de decisão, isto não sendo outra coisa, se não aquilo que fica conhecido externamente e perceptível na realidade da existência de um ser de razão, contingenciado no corpo, que é o homem. Por essa visão afirma Silva Oliveira, se utilizando de uma interpretação bíblica usada por Agostinho, que através dela afirma que o mal já se encontrar presente no poder da mente humano, assim compreendendo ter sua efetividade nas decisões do ser humano depois do peca em Adão, o primeiro homem:

(...) ora, já que o mal não se aprende, constatamos que, para Agostinho, o homem, após Adão, já nasce voltado para o mal, sendo que a sua transmissão de geração em geração não se dá pela educação, mas pela corrupção do gênero humano. (SILVA, 2008. p.35)

Em vez de tratar da existência do mal em si mesmo “ontológico”, como sustenta o maniqueísmo, Agostinho explica-o pelo contexto das ações que são tomadas sem se utilizar do exercício da razão, mas pelo contrario, por atitudes em que falam mais alto as emoções causadas por fatores externos que decide pelo que é temporal em detrimento do que é eterno. Com isso, impedindo assim o discernimento pelo verdadeiro conhecimento da realidade, que é da capacidade humana, e nisto sendo aonde se concebe o mal. E, por essa condição que Agostinho ao responder um questionamento no diálogo com Evódio sobre a autoria do mal diz:

Ag. (...) Mas caso me perguntes quem seja o autor, não o poderia dizer. Com efeito, não existe um só e único autor. Pois cada pessoa ao cometê-lo é o autor de sua má ação. (...) as más ações são punidas pela justiça de Deus. Ora, elas não seriam punidas com justiça, se não tivessem sido praticadas de modo voluntário. (AGOSTINHO, 1995. p. 26).

Nessa resposta de Agostinho, fica evidente que ele defende o mal como resultado de ação individual cometida de forma voluntária e que não tem nenhuma relação com o que lhe são externos incluindo aqui Deus. É uma decisão exclusiva do ser humano, o qual existe,

podendo fazer escolhas livres que podem ser boas ou ruins e, dessa forma, submetidas a um balizador que é a justiça divina.

Pela perspectiva agostiniana, não cabe outra concepção aceita para o mal, se não de que se tratar, do resultado de uma ação causada por um ser de vontade livre, nesse caso, diferentemente do que afirma o maniqueísmo: um ser determinado por duas naturezas, bem e mal. Mas agora com Agostinho, acontece de forma voluntária, fruto da ação de uma criatura perfeita ou criada por um ser divino de supremo bem e, nessas circunstâncias, não passando despercebido diante dos crivos da justiça divina.

5.2 A opção pelo platonismo

Como já vimos, para Agostinho era inconcebível ver o ser humano sobre a perspectiva maniqueísta de um ser resultante de um antagonismo em uma condição determinista que trazia uma visão de um ser imperfeito e, portanto, diferente do que se afirmava pelo cristianismo, que era a existência de um ser perfeito, este produto de um criador perfeito pelo qual foram criadas todas as coisas. Por essa perspectiva, Agostinho assemelhava a percepção platônica com algumas diferenças, às quais são colocadas por ele quando comparando aos platônicos e que no trabalho de Joel Gracioso é assim colocado:

Agostinho em *confessiones* VII 9, 13-15 apresenta aspectos positivos encontrado por ele nos livros dos platônicos. A partir de uma comparação com o prólogo do evangelho de São João ele explicita o que encontrou de semelhante à doutrina cristã nos textos platônicos e o que sentiu falta. Por um lado, o bispo de Hipona salienta a partir de uma comparação com o texto joanino, que encontrou com outras palavras, na tradição platônica, a preexistência do verbo, sua divindade, sua presença na criação. A compreensão dele como a luz que ilumina a todos que vem a este mundo. Sua eternidade, imutabilidade, transcendência e divindade. A ideia de que somente as almas participam do verbo divino, a sabedoria em si, são de fato felizes e sábias. Enfim, Agostinho admite como encontrou nesses livros uma doutrina do logos que tinha muito em comum como o exposto nas escrituras sagradas cristãs. Mas, por outro lado, evidencia como não encontrou nessa tradição o reconhecimento da encarnação do verbo e sua humanidade. Nem o fato dele ter sido rejeitado e, ao mesmo tempo, ter dado àqueles que o receberam o poder de se tornarem filhos de Deus por intermédio da fé nele. Por fim, a ausência de sua humilhação, obediência, morte na cruz pela salvação do mundo, ressurreição e exaltação. Ora, apesar dessas ausências, Santo Agostinho, usou a metáfora do ouro do Eito, defende a ideia de se alimentar de todo alimento bom e verdadeiro presente na tradição platônica, ou de todo o “ouro”. Ou seja, da mesma maneira que o Egito, terra da escravidão, tinha tesouros preciosos e ao mesmo tempo vivia a idolatria, e o povo eleito não teve pudor de levar consigo determinados tesouros. Da mesma forma o bispo de Hipona não vê nenhum inconveniente pegar todos os elementos verdadeiros presente nos livros dos platônicos, pois todo “ouro” vem de Deus, independente de onde esteja. (GRACIOSO. p.36,37).

E ainda, em sua obra “Cidade de Deus”, Agostinho fala sobre o conhecimento produzido nas perspectivas do raciocínio platônico, onde diz:

Devido a esta imutabilidade e a esta simplicidade, os platônicos compreenderam que Deus fez todos os seres e por nenhum pôde ser feito. Realmente observaram que tudo o que existe é corpo ou vida, que a vida é coisa superior ao corpo, que a forma do corpo é sensível e a da vida é inteligível. Puseram, portanto, a forma inteligível acima da forma sensível. Ora nós chamamos sensível ao que pode ser percebido pela vista e pelo tacto do corpo; inteligível ao que pode ser captado pelo olhar do espírito. (AGOSTINHO. p. 718).

No diálogo entre Agostinho e seu amigo Evódio, é levantada uma questão por Evódio, o qual afirma que lhe intrigava o porquê do ser humano padecer tanta espécie de penas cruéis, sendo este um ser de uma natureza insensata incapaz, logo, por essa condição, não poder se conduzir sabiamente. No que responde Agostinho, com interesse de explicar, o ser humano em uma realidade que levasse em conta a condição que não era pura e, simplesmente, de natureza física ou material, e por esse aspecto só tivesse em conta o espaço e a temporalidade. Mas por uma hipótese mais abrangente ou mesmo transcendente a esse contexto, permitindo vislumbrar um ser integrado por um composto terreno e divino ou que fosse um aspecto “tricotômico” (corpo, alma e espírito). E que refletindo sobre a origem dessa parte humana espiritual, à qual ele denomina de alma, mas que se apresenta por uma condição tão abstrata que ele não consegue explicação para sua origem a não ser por hipóteses ou a que ele chama de opiniões, às quais assim ele relaciona:

(...) Há, pois, quatro opiniões sobre a origem das almas:
 - ou todas elas provem de uma só, transmitidas por geração (20,55);
 - ou bem, a cada nascimento humano, uma nova alma é criada (56);
 - ou então, as almas já existem em qualquer outro lugar são enviadas, por Deus, aos corpos daqueles (57);
 Ou, em fim, elas descem por sua própria vontade para os corpos dos que nascem (58).
 Dessas quatro opiniões, nenhuma deveria ser adotada afirmativamente, de modo temerário. Pois essa questão ainda não foi desenvolvida e esclarecida pelos intérpretes católicos dos livros sagrados, o quanto exigiriam sua obscuridade e complexidade. Ou caso já o tenham feito, tais obras ainda não nos chegaram às mãos. (AGOSTINHO, 1995. p. 26).

Nesse sentido, remetendo a uma realidade que perpassa ao natural do que se acha no físico/material, que Agostinho como já foi visto, nos esclarece pelo termo alma. Sendo ela comum a todo o ser vivente, mas que no ser humano a alma apresenta de forma diferente em relação aos demais seres, pois no homem, para Agostinho, ela é o lugar onde reside a mente ou espírito. Que ele entende serem estes os elementos superiores que contem na alma humana, que também podem ser chamados de razão. Sendo a razão a condição que faz do homem um ser superior, que possui domínio sobre seu próprio corpo e também sobre os demais animais.

E sobre essa superioridade do homem aos demais seres, conclui Evódio assim no seu comentário em seus questionamentos no livro *O livre-arbítrio* que é em forma de diálogo que ocorre entre Agostinho e ele, que assim conclui:

Ev. Não encontro outra coisa. Pois é no espírito que reside à faculdade pela qual nós somos superiores aos animais. E se eles fossem seres inanimados, eu diria que nossa superioridade vem do fato de que possuímos uma alma, e eles não. Mas acontece que também eles são animados. Contudo, existe alguma coisa que, não existindo na alma deles, existe na nossa, e por isso acham-se submetidos a nós. (AGOSTINHO, 1995. p. 44).

É das explicações do platonismo a sua inspiração que Agostinho, mesmo tendo por insatisfatórias, foram os teóricos com o pensamento mais coerente com o que se inspirou para a consolidação da compreensão agostiniana sobre a existência de um ser criado e o seu criador. Pois seu pensamento parte de uma ideia de um ser criado, da premissa que, pelo ser criador, nada foi feito imperfeito ou que seja mal, devido a não haver nele qualquer desvio do bem. E, ainda que não obtivesse resposta definitiva, no qual o contato com os ensinamentos especificamente do platonismo e neoplatônico Plotino, pelo qual se serviu. No entanto, foi uma luz para o desfecho que almejava.

Agostinho, no seu intento de confirmar que o homem é um ser pleno para decidir suas ações pela perspectiva da voluntariedade, que seria o exercício da vontade livre que cada ser humano como indivíduo, pode exercê-la sem interferências externas que o determinam. E, via no platonismo, as condições para desenvolver seu entendimento e para que fosse compreendido, devido ser uma forma de conceitos corrente e aceita sobre a forma de vê o mundo, e referindo especificamente aos neoplatônico como influenciaram Agostinho, Oliveira Assis, no comentário de introdução do livro *O livre-arbítrio* diz:

É em direção a Deus que Plotino conduziu Agostinho, para levá-lo à certeza de um Criador bom e poderoso, fonte de toda realidade. Desse modo, o mal não podia ter lugar entre os seres, nem prejudicar a excelência da obra divina. Tampouco poderia o mal impedir ao homem que o quisesse, encontrar em Deus a paz e a felicidade.” (AGOSTINHO, 1995. p. 13).

Agostinho buscava uma compreensão do ser humano considerando uma natureza livre de qualquer impedimento que fosse causa para que houvesse distanciamento do supremo bem, que é a beatitude ou vida feliz. E, por isso, o platonismo com a concepção que para Agostinho existia consigo muito em comum sobre a realidade que ele concebia sobre o homem e assim se serviu dela como base para desenvolver seus argumentos.

5.3 A realidade da vontade e o cristianismo

Na introdução da obra *O livre-arbítrio* de Santo Agostinho, Oliveira Assis discorre sobre os aspectos da vontade, da liberdade e da graça no sentido de compreender no que resulta ou quais são os efeitos determinantes dessas realidades conjuntas que caracterizam a vida humana e a presença atuante direta de Deus no contexto humano apresentado na filosofia de Agostinho. Fazendo uma citação de Etienne Gilson que Oliveira Assis comenta como sendo um resumo eficaz que demonstra muito bem o pensamento de Agostinho. E que entendo ser importante também replicá-lo nesse trabalho, pois contribuirá para um melhor entendimento das idéias aqui desenvolvidas:

Duas condições são exigidas para fazer o bem: um dom de Deus que é a graça e o livre-arbítrio. Sem o livre-arbítrio não haveria problemas; sem a graça, o livre-arbítrio (após o pecado original) não quereria o bem ou, se o quisesse, não conseguiria realizá-lo. A graça, portanto, não tem o efeito de suprimir a vontade, mas sim de torná-la boa, pois ela se transformara em má. Esse poder de usar bem o livre-arbítrio é precisamente a liberdade. A possibilidade de fazer o mal é inseparável do livre-arbítrio, mas o poder de não fazê-lo é a marca da liberdade. E o fato de alguém se encontrar confirmado na graça, a ponto de não poder mais fazer o mal, é o grau supremo da liberdade. Assim, o homem que estiver mais completamente dominado pela graça de Cristo será também o mais livre: *'libertas vera est Christo servire* (cf. Gilson, "Introduction à l'étude de Saint Augustin", pp. 202ss). (AGOSTINHO, 1995. p. 18)

Em se tratando de um filósofo e teólogo cristão, entendemos ser imprescindível buscar nos escritos sagrados judaico-cristãos, contextos e ensinamentos que nos darão parâmetros, os quais inclusive foram fomento da cristalização dos posicionamentos teóricos de Santo Agostinho e que é produto de nosso trabalho de entender o homem como um ser de vontade livre descrito por Agostinho.

Servindo-nos de relatos que desde Gênesis, com a história do primeiro homem que não sabendo como proceder retamente para sua sobrevivência decidiu experimentar se portar de forma contrária as orientações recebidas do Criador, que pelas percepções naturais não foi confirmado o que era o veredicto de Deus para tal atitude. Não viram as suas vidas virem a cabo. No entanto (pela perspectiva cristã) a partir desse evento é perceptiva uma ruptura numa relação antes de comunhão e comunicação direta e diária do homem com Deus que dessa forma é descrito no livro do Gênesis:

(...) “Mas da árvore da ciência do bem e do mal, dela não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás.” (Gn. 2.17). (...) “E ouviram a voz do Senhor Deus, que passeava no jardim pela viração do dia; e esconderam-se Adão e sua mulher da presença do Senhor Deus, entre as árvores do jardim.” (Gn. 3.8).

Esta frase “que passeava no jardim pela viração do dia” remete a ideia de que havia um contato permanente com vista a uma regularidade estabelecida na relação entre o homem e Deus. Como também demonstra ser essa relação de princípio de ordem imperativa por parte de Deus e receptiva pelo entendimento por parte do homem (por um acatamento consciente). Isso que fica entendido nesse texto onde descreve como ficaram estabelecidas por Deus as regras para serem obedecidas pelo homem sendo essa condição explicitada e bem objetiva: (...) “mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás”.

Fica por esses termos entendido que desde a origem do homem a concepção que se tinha dele, mesmo religiosa, era de um ser com discernimento e nessa condição capaz de fazer juízo que determinasse a forma do seu comportamento sendo este baseado em avaliação que tivesse em conta o que se ganharia ou perderia diante de cada ação executada. Sendo que esse discernimento era algo construído por limites prefixados na consciência e estabelecidos não por um contexto que existisse como, por exemplo, barreiras físicas que fossem intransponíveis e limitasse assim sua ação, mas pelo contrario, era estabelecido pelo aspecto imaterial do inteligível que em resumo coloca o homem na condição de um ser reconhecido por um ser de razão, que é o termo que Agostinho chama o poder da mente que pertence à alma humana.

Em toda a construção do pensamento de Agostinho nessa obra, se vê seu trabalho na tentativa de afirma o ser humano na condição de um ser que se estabelece pela relação com o criador. Nesse aspecto, vejamos suas colocações acerca da existência não só do homem mais também de todas as existências:

Isso é para que se compreenda também que todas as coisas são governadas por uma Providência. Visto que todas as realidades que existem recairiam completamente no nada, caso fossem privadas de sua perfeição própria. É porque aquela imutável Perfeição pela qual todos os seres mutantes subsistem é ela mesma uma Providência (AGOSTINHO, 1995. p. 132).

Por essa condição, Agostinho revela a complexidade da existência de uma fusão do que é imutável por ser eterna (espírito) com o que é mutável ou temporal (condicionado no tempo e no espaço) uma coisa única interexistentes em que uma forma de existir é a confirmação da outra. Sendo que cada realidade possui sua plenitude em si, mesmo que ainda determinado no tempo, pois sua subsistência concebida por um contexto macro se confirma pela existência de uma perfeição que não muda.

Mas diante dessa forma de existência que se apresenta de maneira antagônica, pois é essa a impressão que inicialmente se apresenta pela visão da existência dualista demonstrada por Agostinho. Todavia, vemos que é através desse modelo que para ele a liberdade acontece, pois coexistem de forma colaborativa, para estabelecer uma totalidade das coisas existentes, nesse sentido tornando compreensível uma realidade harmônica entre esses dois extremos. Pois, com efeito, na visão agostiniana o homem por si mesmo não consegue uma vida livre, pois a liberdade se faz pela justiça, que é resultante daquilo que é verdadeiro (no sentido da imutabilidade), sendo este, atributo do próprio Deus. E devido essa condição é que pela crença cristã a partir da queda do homem (pela desobediência do jardim do Éden), a liberdade só se concretiza no Deus encarnado. Por meio dessa condição é feito o caminho de volta à comunhão antes perdida que se faz via uma aceitação consciente e permissiva da parte humana na qual se confirma a concepção da vontade livre e que torna possível essa relação que foi perdida, que referindo sobre esse aspecto afirma Agostinho:

Ag.: Eis no que consiste a nossa liberdade: estarmos submetidos a essa Verdade. É ela o nosso Deus mesmo, o qual nos liberta da morte, isto é, da condição de pecado. Pois a própria Verdade que se fez homem, conversando com os homens, disse àqueles que nela acreditavam: "Se permanecerdes na minha palavra sereis, em verdade, meus discípulos e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará" (Jo 8,31.32). Com efeito, nossa alma de nada goza com liberdade se não o gozar com segurança. (AGOSTINHO, 1995. p. 121).

E ainda referindo sobre ao que ele defende como bens eternos ou superiores que incluem a verdade, sabedoria e a justiça, e como ocorrem na relação com a condição da vontade livre, Agostinho, assim descreve:

Ag. (...) Ora, ninguém pode viver com segurança no meio de bens que pode vir a perder contra a sua vontade. Por outro lado, a verdade e a sabedoria ninguém as pode perder contra a própria vontade. Pois ninguém pode ficar separado delas por distâncias de lugar. O que se pode entender por ficar separado da verdade e da sabedoria será o amor dos bens inferiores. Aliás, ninguém quer alguma coisa sem de fato o querer. Logo, nós possuímos na Verdade um bem do qual todos podemos gozar igualmente e em comum. Nesse gozo não existe estreiteza alguma, nem defeito nenhum.

A Verdade acolhe todos aqueles que a amam sem suscitar qualquer inveja. Ela dá-se a todos do mesmo modo e permanece pura em relação a cada um. Nunca alguém virá a dizer a um outro que está junto da verdade: "Retira-te para que eu possa também me aproximar dela. Afasta teus braços, para que eu também a abrace!" Não! Todos lhe estão estreitamente unidos, todos a retêm ao mesmo tempo. Oferece-se em alimento a todos sem ter de se repartir em diversas partes. Tu nada bebes dela sem que eu não possa também beber. Pois nada que dela recebes torna-se tua propriedade exclusiva. Pelo contrário, o que dela recebes permanece também para mim em toda sua integridade. O que dela inspiras não espero que o tenhas exalado para que venha a inspirar por minha vez. Pois nada da verdade torna-se propriedade de um só ou apenas de alguns, mas simultaneamente ela é toda inteira e comum a todos. (AGOSTINHO, 1995. p. 121, 122).

Os evangelhos através dos seus relatos sobre o Cristo (o Deus encarnado para os cristãos), só reforçam essa mesma compreensão, registrando a invocação das condições de viver por livre vontade dos que interessasse o seguir, “Se alguém quer vir após mim, renuncie a si mesmo, tome sua cruz e siga-me.” (Mt 16.24). Jesus é bem incisivo, pela leitura que fazemos dos evangelhos, que o Deus encarnado, deixou a critério pessoal a decisão, é exclusiva do indivíduo que tivesse a pretensão de segui-lo.

Agostinho tinha sua convicção da realidade humana iluminada nos escritos ou doutrina que tinha recebido da visão dos cristãos sobre Deus, pois, quando fala acerca do Deus que o liberta da morte, entende como sendo um estado de condição do pecado. Ele replica a informação do escritor que escreveu aos Efésios que tinha a percepção de uma morte não física, mas espiritual do homem, pelo que só através do Cristo tinha a condição de reviver, no sentido de recuperar a capacidade de entendimento que havia perdido. “Desperta, tu que dormes, e levanta-te dentre os mortos, e Cristo te esclarecerá.” (Ef.5.14).

Então por essa perspectiva agostiniana o homem é um ser diferenciado das demais criaturas, pois tem em si potencial de competências para tomada de decisão e, portanto, de exercer a liberdade que é algo próprio ou inerente da existência humana. Isso não quer dizer que as condições corpóreas sensoriais pelos quais determinam os sentidos não sejam fatores significativos de tomadas de decisões ou comportamento dos homens.

Pelo contrário, é tanto quanto aos fatores já comentados anteriormente. Pois, assim, se registra no próprio livro sagrado essa condição sobre a origem do pecado. A mulher é impelida a tomar decisão inicialmente pela simples visão: “Vendo a mulher que a árvore era boa para se comer, agradável aos olhos e árvore desejável para dar entendimento, tomou-lhe do fruto e comeu e deu também ao marido, e ele comeu.” (Gn. 3.6).

Nas informações trazidas pelo texto foi à vista o fator determinante no encorajamento que acabou no desfecho, que foi a decisão de agir contrariamente a orientação recebida. Por essa visão pode se afirmar ser o homem o conjunto da racionalidade e emotividade que juntas o faz conhecido em sua realidade mundana. Nesse contexto é que Agostinho chama a atenção para o homem ajustado no âmbito pelos quais é composto; alma e corpo. Sendo que a alma tenha sobre o corpo o domínio.

CAPÍTULO II – A ALMA: GOVERNO DO CORPO SEGUNDO LEIS ETERNAS

Agostinho chama a atenção para o que permanece, pois existe um mundo ilusório que é o que se chega através dos sentidos do corpo que pode ser enganoso, transitório que se forma nas circunstâncias. O homem deve buscar se conduzir por princípios eternos que permanecem e procedem da alma onde reside a razão. Sendo a razão o meio que conduz o homem ao ser supremo que é Deus.

Para Agostinho o ser humano existe na matéria e também no espírito que é a alma, ou melhor, ele não deixa delimitado a distinção entre um e outro, pois ambos coexistem numa mesma unidade e que biblicamente nos escritos primeiras aos tessalonicenses, onde o escritor faz menção do corpo alma e espírito: “O mesmo Deus da paz vos santifique em tudo; o vosso espírito, alma e corpo sejam conservados íntegros e irrepreensíveis na vinda de nosso Senhor Jesus Cristo” (1Ts. 5.23). Por essa citação fica entendido que este escritor cristão tinha a visão desse conjunto que compunha o ser humano, mas que também traz a ideia de que todo esse conjunto também irá existir eternamente, nos escritos aos Coríntios, falando especificamente sobre o corpo, da forma definida por ele como incorruptível diz:

[...] num momento, num abrir e fechar de olhos, ao ressoar da última trombeta. A trombeta soar, os mortos ressuscitarão incorruptíveis, e nós seremos transformados. (1 Cor.15.52). [...] Semeia-se corpo natural, ressuscita corpo espiritual. Se há corpo natural, há também corpo espiritual. (1 Cor.15.44).

Contudo os feitos, ou melhor, as realizações produzidas por esse conjunto que é constituído o ser humano é o que pode ou não existir numa proposta por uma perspectiva eterna como é descrito também nas cartas aos Coríntios: se a obra de alguém se queimar, sofrerá ele dano; mas esse mesmo será salvo, todavia, como que através do fogo (1 Cor. 3.15). Que são as expectativas futuras formadas pela doutrina produzida por boa parte de teólogos cristãos. Até aqui são afirmações para nos fazer familiarizado com as diversas formas do pensamento cristão sobre acontecimentos futuro.

O pensamento agostiniano como já vimos, parte da percepção de duas naturezas a corpórea e a espiritual, que coexistem para a glória do Criador. Sendo a alma o ser espiritual e por essa condição imortal e com a preeminência sobre o ser corpóreo mortal, pois sofreu o dano de pecado, conforme lhes são determinado por Deus de quem à alma compreende a vontade, no entanto limitada num ambiente que a fragiliza na totalidade de suas competências de natureza imortal. Sobre essa condição diz assim Agostinho:

Ora, a alma humana que desde o pecado encontra-se em seu lugar em corpos frágeis e mortais, governa cada uma o seu corpo, não totalmente conforme sua própria vontade, mas como o permitem as leis universais. Contudo, não se segue que essa alma seja inferior aos corpos celestes, aos quais estão submissos os corpos terrestres. Pois até as roupas esfarrapadas de um escravo condenado estão longe de valer o mesmo que as vestes de um servo fiel, estabelecido com honra junto a seu senhor. Mas o próprio escravo vale muito mais do que não importa que veste preciosa, pelo fato de ser homem. Portanto, aquele espírito (angélico) superior, unido a Deus, e num corpo celeste, pode, por seu poder angélico, embelezar e governar os mesmos corpos terrestres, conforme lhes ordena Aquele de quem compreende inefavelmente a vontade. Quanto à alma (humana), inferior por sua vez, morando em corpo mortal, governa com dificuldade, interiormente, esse mesmo corpo que a oprime. Contudo, ela o embeleza o quanto pode. Quanto aos corpos exteriores que a circundam, ela influencia-os conforme sua possibilidade, com uma ação ainda que muito mais fraca.” (AGOSTINHO. 1995, p.188,189).

E para entender melhor o significado do que seja essa realidade na perspectiva agostiniana, tomo a explicação feita por Joel Gracioso em seu trabalho de pós-graduação pela Universidade de São Paulo, quando este faz um resumo sintetizado definindo o que seja a razão assim a descrevendo:

A razão é o movimento pelo qual a mente, o pensamento distingue ou associa diferentes conhecimentos adquiridos. Está subordinada a inteligência e/ou intelecto, termos que possuem certa equivalência, cuja superioridade resulta do fato de possuir uma ligação imediata com a verdade divina, pois é iluminada diretamente pela luz divina.” (GRACIOSO. 2010 p. 52).

Pois assim afirma quando buscando compreender da superioridade do homem sobre os demais seres vivos encontrando a resposta nesse elemento a mais, pertencente exclusivamente ao ser humano que é a razão sendo a causa dessa diferença que o torna superior e nesse sentido afirma:

(...) Ora essa superioridade não a descobrimos nos corpos. Assim como nos pareceu, reside na alma. E não encontramos para ela outro nome mais adequado do que o de razão. Ainda que a seguir nós nos lembramos de que ela também pode ser denominada mente ou espírito. Mas se é verdade que a mente é uma coisa e a razão outra, em todo caso é certo que somente a mente pode se servir da razão.

donde a consequência: aquele que é dotado de razão não pode estar privado da mente.” (AGOSTINHO. 1995, p. 48-49).

Essa potencialidade que não se resume a um poder para uma construção ou formação do homem meramente restrito num âmbito do interesse ou convívio puramente comunitário, mas no âmbito de uma realidade também espiritual. Quer dizer, o sucesso ou desenvolvimento do ser humano não se dá pelo resultado bem sucedido das suas relações interpessoais, como no exercício pleno da política como queria ou defendia os gregos antigos, mas pelo contrário, por um indivíduo que apresenta por esse composto de exterioridade e interioridade (aquí tendo em conta a alma e o corpo), bem ajustado que vai determinar o resultado das ações ou do fazer humano pelo qual se apresenta na realidade do mundo que protagoniza. Pois Agostinho afirma:

[...] o que põe o homem acima dos animais, seja qual for o nome com que designemos tal faculdade, seja mente ou espírito, ou com mais propriedade um e outro indistintamente, porque encontramos esses dois vocábulos também nos Livros Sagrados — quando, pois esse elemento superior domina no homem e comanda a todos os outros elementos que os constituem, ele encontra-se perfeitamente ordenado. (AGOSTINHO. 1995, p 46).

Nesse caso sendo a alma o local onde reside a mente ou espírito (como já dito, sendo esta de origem incerta para Agostinho). Não há como imaginar outra coisa que não seja na alma o lugar onde habita o que ele denomina de elementos que são o diferenciador daquilo que denota mais precioso para a distinção do ser humano dos animais, que sem esse algo a mais em sua alma se igualaria aos demais seres vivos que povoam a terra. Que mesmo contendo em si alma vivente, no entanto sem possuir os elementos: mente e espírito, que Agostinho também os denomina de razão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Santo Agostinho não podia conceber o homem desvinculado do criador, ou que fosse determinado por princípios que o tornasse condicionado a uma perspectiva que não permitisse ser protagonista das suas ações pelo contexto do exercício da vontade livre. E esse entendimento torna a causa de sua ruptura com o maniqueísmo, pois não conseguia ver através da existência, especificamente a humana, restringida à regência de uma natureza composta por uma perspectiva do bem e do mal, que era a visão de mundo na concepção maniqueísta. Agostinho não reconhecia a existência do mal em si mesmo, como sustenta o maniqueísmo, Agostinho explica-o pelo contexto das ações que são desprovidas do conhecimento ou razão, nisso se vê o mal.

Para Agostinho o ser humano tão pouco está restrito num âmbito do interesse ou convívio puramente comunitário, quer dizer, o sucesso ou desenvolvimento do ser humano não se dá pelo resultado bem sucedido das suas relações interpessoais, como no exercício pleno da política como queria ou defendia os gregos antigos. Mas, para Agostinho o ser humano se apresenta numa dualidade que são o seu exterior e interior, presentes pela alma e corpo, existindo de modo ajustado para o exercício pleno de seus fins que é o fazer humano, pelo qual se apresenta na realidade do mundo que protagoniza.

Em toda a construção do pensamento de Agostinho na sua obra *O livre-arbítrio*, ele pretende mostrar a coexistência de duas realidades que estão ligadas, sendo esta a forma de existir na sua plenitude. Pois o que se apresenta na forma de eterna se relaciona ao que é temporal através de uma integração do espírito. Nesse aspecto vejamos como ele expõe sobre a existência não só do homem mais também de todas as existências, que assim descreve:

Isso é para que se compreenda também que todas as coisas são governadas por uma Providência. Visto que todas as realidades que existem recairiam completamente no nada, caso fossem privadas de sua perfeição própria. É porque aquela imutável Perfeição pela qual todos os seres mutantes subsistem é ela mesma uma Providência (AGOSTINHO, 1995. p. 132).

O que importa para Agostinho não são os valores que se acham resumidos pelos princípios que ele chama de temporais, mas no que são permanentes. Pois no temporal existe um mundo ilusório que é o que se conhece apenas através dos sentidos corporais que pode se formar a partir de percepções que são construídas nas emoções, e nesse caso não consolidadas no decorrer do tempo, dessa forma não contribuindo para a verdade e sabedoria, pois como são advindas das sensações corpóreas podem também ser de caráter transitório que se formam entre as circunstâncias. O homem por elas não se estabelece, por isso o homem deve buscar se conduzir por princípios eternos que permanece o qual procede da alma, pois para Agostinho, a razão nos diferencia dos animais não só existindo, mas sabendo que existe. E dessa forma capaz de se elevar ao supremo bem, o que também denomina beatitude.

BIBLIOGRAFIA

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona, 354-430. **O Livre-Arbítrio**; Trad. org. Introdução e Notas: Nair de Assis; ed. Paulus: São Paulo, 1995. (Patristica)

AGOSTINHO. **A cidade de Deus**. Tradução de João Dias Pereira. 2 v. 2. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996-2000.

SILVA, Oliveira de Ivan. **O problema do mal em Santo Agostinho**; ed. Pillares. São Paulo, 2008.

Bíblia Online - **ACF - Almeida Corrigida Fiel, 2010**. Disponível em:

<<https://www.bibliaonline.com.br/acf>> Acesso em: 28 de dezembro de 2019.

GRACIOSO, Joel. **Interioridade e filosofia do espírito nas *confissões* de Santo Agostinho**; São Paulo - USP, 2010. Disponível em:<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-26102010-110652/publico/2010_JoelGracioso.pdf>Acesso em: 04 de janeiro de 2020.